

INDUSTRIALISMO, ECOLOGIA E DEMOCRACIA
Exploração em torno da participação de três atores sociais
face ao esgotamento do produtivismo*

Ricardo Toledo Neder**

RESUMO: O industrialismo, em escala mundial, é um complexo de apropriação dos recursos sociais pertencentes ao meio-ambiente, à produção científica e ao esforço reprodutivo de sociedades integradas ou, aos mercados. Tal processo equivale à “grande transformação” ou a produção em massa no mercado, que engendra um ritmo de vida dependente do “ethos” político de um regime produtivista capaz de induzir, no quadro contemporâneo brasileiro, ao entrelaçamento de duas práticas relacionadas com a democracia: a primeira postula uma participação funcional reforçadora do produtivismo, e a segunda sua confluência (problemática) com culturas políticas que valorizam os processos de participação e mudança não-planejadas. O artigo discute essas questões à luz do perfil e responsabilidade de três atores sociais no Brasil (trabalhadores/capitalistas; ecologistas e comunidade científica), e lança essa “cartografia” para cenários de reorganização societária em formações industrialistas do hemisfério Norte, deixando em aberto a pergunta sobre os riscos de um comportamento reflexivo desses atores face a essa reorganização.

UNITERMOS: Brasil: industrialismo, ecologia, democracia, atores sociais, participação política.

* Este ensaio foi o ponto de partida de projeto de pesquisa sobre espaço público, industrialismo e interesses privados no Brasil, ora em desenvolvimento. Foi escrito entre 1987/88, recebeu algumas alterações para essa edição; originalmente corresponde ao texto que apresentei e discuti na primeira reunião do grupo de trabalho “Ecologia Política e Sociedade” da ANPOCS (VII Encontro Nacional) em 1988. Leram esse texto e o discutiram comigo - pelo que agradeço muito - Eder Sader (i.m.); Olgária Mattos; José Carlos Bruni; Maria Célia Paoli; Maria Arminda Arruda e Oswaldo Será. (Certamente, eventuais afirmações e dados equivocados são de minha total responsabilidade.)

** Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da FFLCH/USP e professor de Sociologia Política na Fundação Getúlio Vargas/SP.

NEDER, Ricardo Toledo. Industrialismo, ecologia e democracia. Exploração em torno da participação de três atores sociais face ao esgotamento do produtivismo. *Tempo Social*; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 3(1-2): 131-153, 1991.

Introdução

Vivemos no país a imbricação de dois movimentos sociais distintos, mas interligados. Na década de 80, o primeiro desses movimentos passou do âmbito molecular das formas de resistência, crítica e oposição ao regime militar para um patamar de ações concretas, nem sempre articuladas ou massivas, envolvendo sujeitos sociais operários e trabalhadores urbanos e rurais, nas fábricas, empresas, no campo, além da massas urbanas com reivindicações nas zonas metropolitanas brasileiras.

Os anos 80 marcaram ainda a sincronia dessas ações concretas com articulações avançadas no plano político-partidário para a consolidação da democracia. Partidos recém-constituídos juntam-se para superar a polaridade da vida política no país entre dois grandes agregados de forças. Essa dinâmica essencialmente política adquire expressão multiforme na sociedade e passa a comportar nas suas relações com o Poder, as potencialidades, limitações e ambigüidades decorrentes dessa heterogeneidade. O fenômeno democrático é parte desse movimento societal de diversidade das demandas sociais.

O segundo movimento está relacionado com marchas e contra-marchas no Brasil do que defino como “industrialismo”. O industrialismo é algo mais do que a expressão material e técnica da potenciação do capitalismo industrial e das conseqüências estruturais daí decorrentes no âmbito da (re)constituição incessante de segmentos e classes sociais no perfil da produção.

O industrialismo corresponde ao adensamento qualitativo dessa potenciação, sem se constituir soma de várias partes, abarcando simultaneamente cotidiano e história, cultura e economia, sujeito e classe social, visão e prática de mundo, comunidade e Estado - em suma, corresponde ao adensamento do “ritmo de vida” de um “ethos” político na vida das pessoas marcado pela penetração persistente, difusa, eufórica, depressiva, desigual, porém contundente da ciência e da técnica¹.

Essa penetração, é bem verdade, não é fenômeno recente. Talvez pudéssemos ensaiar uma periodização assinalando seu início nos anos 20; com formas mais

¹ Abordo extensamente o conceito de industrialismo em *A crítica do industrialismo: novas tecnologias, capital e trabalho* (Neder, 1987). Ver também (Capra, 1986); *A crise do industrialismo: genealogia, riscos e oportunidades* (Bartholo, Jr., 1984); (Herrera, 1982); (Lorenz, 1986). E ainda: (Touraine, 1981) e (Touraine, 1983). Depois dos Socialistas Utópicos o primeiro autor moderno a usar esse conceito foi Raymond Aron, - (Aron, 1981).

NEDER, Ricardo Toledo. Industrialismo, ecologia e democracia. Exploração em torno da participação de três atores sociais face ao esgotamento do produtivismo. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 3(1-2): 131-153, 1991.

tendências nas décadas de 30 e 40 atingindo mais concentradamente populações e regiões meridionais no país; e finalmente, uma fase de *take off* (à la Rostov) com a industrialização de pós-guerra nos anos 50. Essa demarcação estabelece as bases para uma ampliação sistemática e tenaz da ciência e da tecnologia nos grandes “blocos” de industrialização, desde a indústria pesada à de bens de consumo duráveis (Neder, 1987; Aron, 1981; Marx, 1978).

A potencialização do capitalismo industrial anterior à fase do “milagre brasileiro” (nem tanto milagre, nem tanto brasileiro...) forma, entretanto, um retrato pálido no tocante ao amálgama e à simbiose entre ritmo de vida e a difusão da base tecno-científica que viríamos a assistir nos anos 70. Se na fase 1950-60, o “ethos” político ainda era marcado pela divisão campo/cidade, onde bolsões de modernidade agiam como as “novas utopias”, nos anos 1970-80 aquela penetração persistente, difusa, ciclômica e desigual da ciência e da tecnologia adquire total primado na divisão social e técnica do trabalho no âmbito urbano e regional. A ponto de, sob qualquer torre de observação da vida nacional, sempre nos referenciarmos na modernidade urbano-industrial, agora demograficamente dominante, para visualizar o futuro do “resto” da sociedade.

Essa perspectiva, explícita ou implicitamente, contém a convicção de que o industrialismo deve se expandir inexoravelmente. Pode ser encontrada em discursos governamentais e também entre membros da comunidade acadêmica envolvidos na formulação e prática de políticas científicas e tecnológicas. Gradativamente, o discurso desenvolvimentista muda de tom e passa a ser o da conquista das fronteiras tecnológicas. Esse último tem duas variantes. A mais utilizada estabelece uma relação de causa e efeito entre tecnologia e progresso. A outra variante se esforça para superar essa relação mecânica. Julgam-na falsa e encobertadora da dependência do país aos centros europeus e norte-americanos.

No bojo desse movimento societal encontramos a primeira variante desempenhando um papel hegemônico. Sua visão do industrialismo advoga modelo de desenvolvimento acoplado aos padrões mundiais com pouca ou nenhuma mediação aos particularismos e especificidades da sociedade brasileira, às suas instituições e padrões sócio-políticos. Sua visão e prática tem conduzido o Brasil para uma rota de industrialização hiper-dependente (do tipo internacionalizado) donde deriva uma cultura do industrialismo cuja reprodução exige continuamente fontes externas de recursos e soluções científico-tecnológicas para a produção.

Essa cultura não se restringe ao fenômeno da linha de montagem e aos ideários da “administração científica” taylorista e às suas aplicações fordianas.

NEDER, Ricardo Toledo. Industrialismo, ecologia e democracia. Exploração em torno da participação de três atores sociais face ao esgotamento do produtivismo. **Tempo Social**, Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 3(1-2): 131-153, 1991.

Estamos face a uma cultura (do industrialismo) marcada pelas discontinuidades de uma incorporação veloz da técnica no cotidiano. Essa incorporação é descontínua porque não logra homogeneizar o ritmo de vida social. A homogeneização pretendida pela difusão da técnica nas organizações se fundamenta em duas práticas: sistematizar a(s) organização(ões) do trabalho nos moldes impessoais e interligar os diferentes produtos do trabalho sob o estilo empresarial. No caso das práticas empresariais voltadas para a tentativa de subordinação dos trabalhadores no espaço produtivo, se busca impor uma racionalidade “técnica”; no segundo caso (descontinuidade da cultura do industrialismo no cotidiano da sociedade) se busca regimes políticos capazes de impor a normatividade do “progresso” por todos os poros da sociedade.

Trata-se, assim, de um “ethos” que perpassa as artérias da sociedade assumindo papel dirigente, impessoal e supostamente racionalizar do cotidiano. No interior deste movimento se contrapõe uma corrente intersticial, molecular, que impede a dominação da tecnologia e a homogeneização do progresso pretendida: é a luta pelo tempo-livre, a flexibilização do contrato e da jornada de trabalho, o trabalho desvinculado da empresarialidade, são os particularismos comunitários e domésticos, vasta pulsação de um “popular” inassimilável, raízes rebeldes à espera de outro tempo-espaço (pós-iluminista?) onde carecimentos materiais e não-materiais sejam partes articuladas por uma nova temporalidade (Helder, 1982; Maffessoli, 1984; Arendt, 1987).

Uma imbricação antagônica

Esses dois fenômenos sociais básicos não poderiam deixar de cruzar suas águas, manifestações ora distintas, ora fundidas. Seu movimento configura feição abrasiva e pungente nos momentos de expansão nervosa e rápida do capitalismo industrial, tumultuada, violenta e fragmentadora, entrecortada por épocas de crise. Assistimos perplexos à conjunção antagônica desses dois movimentos sociais. Como opera esse antagonismo que é, paradoxalmente, uma imbricação?

Um dos traços brasileiros do industrialismo é tentar impor um ritmo de vida social marcado pelas aplicações da ciência e da técnica a toda sorte de empreendimento, a ponto da suposta “modernidade” ser identificada pela presença de inovação de produtos, modas, processos de trabalho e de produção, no fluxo informacional entre o velho e o novo.

A democracia - ou a tentativa de exercitá-la - é marcada pelo reconhecimento das assimetrias entre os sujeitos, e sob que forma e grau, esse fato é incorporado numa institucionalidade de poder, no Estado.

NEDER, Ricardo Toledo. Industrialismo, ecologia e democracia. Exploração em torno da participação de três atores sociais face ao esgotamento do produtivismo. *Tempo Social*, Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 3(1-2): 131-153, 1991.

O industrialismo no Brasil, ao contrário, revira e freqüentemente entra em choque aberto com a lógica da democracia porque o “ethos” político dominante imposto pelo produtivismo tecnológico não estabeleceu uma via de mão dupla com as assimetrias, os particularismos e localismos. (Não creio que o “real” esteja no produtivismo ou nos particularismos). O produtivismo é falho em inúmeros aspectos, e um dos principais é reduzir a “prática” das relações interpessoais, em objeto técnico, ou seja, estreitar o campo da sua polissemia social.

O primado desse “ethos” político gerado pela difusão científico-tecnológica é a superação das diferenças entre a prática e o técnico. Na visão de Habermas, esse processo se dá pela crescente invasão da racionalidade tecno-científica nas diferentes esferas do prático. Racionalidade que reduz o “prático” do cotidiano humano - envolvido que é em várias camadas objetivas e subjetivas - a uma lógica operacional e instrumental (Habermas, 1983, p. 58 et passim).

Outra dimensão dessa superação das diferenças entre o prático e o técnico é a tentativa (sempre problemática) da racionalidade técnica lidar com a mudança do “velho” senão pela modalidade da “supressão”, “eliminação” ou “destruição” do velho enquanto “arcaico”. Tentativa sempre problemática porque o “novo” é uma simples troca de sinais: passa a ser “arcaico” aquilo ou aquele que não se submete às regras da dominação da racionalidade técnica e à política da homogeneização do progresso. E mais: é um processo duplamente problemático: para quem sofre a inversão de sinais, e para quem (enquanto sujeito social e político) impõe essa troca. Em ambos os casos pairam sombras, zonas não territorializadas pelo industrialismo, e cuja permanência opera pela frustração coletiva e narcisista.

Um dos pressupostos para o exercício da democracia é a unidade entre o velho e o novo travejada por um equilíbrio instável em permanente negociação e rotação. No “ethos” político regido pela mudança tecnológica, o “novo” é a recriação do velho num enfadonho mimetismo apresentado como “revolução”.

Hoje essa operação encontra um paradigma no complexo das novas tecnologias (entre elas a automação microeletrônica) cujas aplicações na organização social conduziram a sistemas descentralizados de informação com maior democratização dos processos decisórios, justiça e liberdade (Winner, 1984).

Mitos como este povoam não só o imaginário dos sistemas decisórios fechados e das tecnoburocracias. Como tão agudamente destacou Hannah Arendt, “a era moderna trouxe consigo a glorificação teórica do trabalho, resultando na transformação efetiva de toda a sociedade em uma sociedade operária. Assim, a realização do desejo, como sucede nos contos de fadas, chega num instante em que só

NEDER, Ricardo Toledo. Industrialismo, ecologia e democracia. Exploração em torno da participação de três atores sociais face ao esgotamento do produtivismo. **Tempo Social**, Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 3(1-2): 131-153, 1991.

pode ser contraproducente”. Essa sociedade - com o advento da automação - que está para ser libertada dos grilhões do trabalho é uma sociedade que “já não conhece aquelas outras atividades superiores e mais importantes em benefício das quais valeria a pena conquistar essa liberdade” (Arendt, 1987, p. 12 et passim).

Essa perspectiva aguda da sociedade contemporânea (do trabalho) deve nos conduzir a indagar se os valores de uma organização política e econômica do “não-trabalho” e do tempo-livre, são parte de uma utopia, ou se estão perdidos para a sociedade brasileira. Prefiro conceber o problema como parte de um quebra-cabeças onde ainda há lugar para uma prática utópica de construção de uma sociedade futura na qual os sistemas de trabalho não contrapõem um sistema de necessidades materiais à outro de necessidades não-materiais.

O fenômeno democrático, o “ethos” tecno-científico e atores sociais

Um dos pontos nevrálgicos da confluência entre os movimentos em cujos rastros identificamos hoje a busca pela democratização de sua estrutura participativa e a dinâmica do “ethos” científico e tecnológico, é o que se pode chamar de “finalismo produtivista”.

O princípio teleológico produtivista presente no industrialismo foi incorporado enquanto racionalidade na “participação”, no sentido literal, exato, mecânico da relação: toda participação capaz de incrementar a produção é reconhecida.

No bojo do “ethos” tecno-científico regulador da sociedade brasileira contemporânea a insígnia da “participação” enquanto valor democrático é alçada, paradoxalmente, como “ser em função de” uma racionalidade produtivista.

Por outro lado, vale recuperar três tipos diferentes de campos de desenvolvimento do fenômeno democrático nos movimentos sociais: (1) todo movimento social possui uma estrutura piramidal, restrita de participação, como decorrência de sua própria finalidade e experiência de organização e de luta; (2) “todo movimento social tem sua própria temporalidade, definida em grande parte por sua ação frente ao sistema de relações históricas (...), os momentos de crise e conflito agudo são aqueles que definem sua finalidade”; (3) “os movimentos sociais se desenvolvem de modo unilateral e heterogêneo no espaço, em função do desenvolvimento desigual da consciência, da organização e da economia de uma localidade ou região determinada” (Gutierrez, 1987).

Há que se distinguir, portanto, 1º uma racionalidade produtivista orientadora da participação - algo como uma “participação funcional” e 2º outra dinâmica

NEDER, Ricardo Toledo. Industrialismo, ecologia e democracia. Exploração em torno da participação de três atores sociais face ao esgotamento do produtivismo. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 3(1-2): 131-153, 1991.

participatória embrenhada nos três campos da dinâmica dos movimentos sociais (ordenamento piramidal de participação, a temporalidade própria e a heterogeneidade dos movimentos).

A primeira espécie de participação nasce (perversa) da tentativa de vestir na camisa-de-força do produtivismo as instabilidades culturais tais como se fizeram presentes em muitos movimentos a partir de 78, ansiosos por participação política no Brasil. No bojo do “ethos” científico e tecnológico regulador da sociedade brasileira contemporânea, essa tentativa é caudatária da “democracia industrial” (hoje em crise aberta) no Ocidente europeu. Aparece no Brasil na fase avançada da crise mesclada com novas teorias participativas de origem norte-americanas e japonesas nas relações capital/trabalho. Bem ou mal, são tentativas que começam a ser plasmadas ora aqui, ora ali, coerentes com a ansiedade pela democratização de atores sociais e institucionais na década atual.

A segunda dinâmica de participação nos movimentos sociais, não se contrapõe uniformemente à racionalidade produtivista. Seria simplismo situar o problema da democratização da estrutura participativa face ao produtivismo pela disjuntiva ou negativa. Mais correto é falar, não de uma racionalidade de participação nos movimentos sociais, mas de várias, diferenciadas entre si, tanto quanto os movimentos o são face ao produtivismo. Nesse caso, em quais “movimentos” estou me referenciando? São três os atores sociais que considero mais relevantes na atualidade: 1. o “Janus” capitalista-operário que se expressa em movimentos nos locais de trabalho enquanto “espaço público”, abarcando um campo objetivo e inter-subjetivo das relações entre trabalhadores, tecnoburocracia e capitalistas; 2. os “novos bárbaros”, que se expressam pelos movimentos “ecológicos” cuja visão da crise do industrialismo é heterogênea; daí decorrem diferentes racionalidades e estratégias do ponto de vista da sua estrutura participativa; e, 3. o “cientista”, arquétipo social do movimento difuso, heterogêneo, porém sistemático e persistente, institucionalizado e fomentado pelo *establishment*, de geração de ciência e tecnologia no país, cujos sujeitos sociais tem diferentes posturas acerca do fenômeno democrático.

O "Janus" (capitalista-operário) produtivista

O primeiro desses movimentos é diretamente referenciado pelas articulações e conflitos entre empresários e trabalhadores nos locais de trabalho, onde as técnicas de envolvimento funcional tem o seu *milieu* por excelência. Tanto o movimento

NEDER, Ricardo Toledo. Industrialismo, ecologia e democracia. Exploração em torno da participação de três atores sociais face ao esgotamento do produtivismo. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 3(1-2): 131-153, 1991.

operário quanto o dos empresários tem como referencial (em grau e magnitude claramente diversas) um "novo" patamar de associação dos trabalhos nos locais de trabalho e nos sindicatos.

Nesse ponto, os extremos se tocam: a questão não é se deve ou não existir a associação, mas que forma(s) particular(es) deve(m) assumir no País. Para os empresários, a forma mais segura é o envolvimento funcional dos trabalhadores (portanto, enfatizadora da estrutura piramidal). Para as lideranças sindicais há duas formas de associação em pauta: uma interna em que está em jogo a representatividade e legitimidade do sindicato e organismos de base, e outra referenciada à organização da produção. Interiorizada na empresa, essa última diz respeito a possíveis espaços de envolvimento funcional, visto pelos sindicatos como um "canto de sereias" empresarial. Isso pressupõe o desafio a ambos os sujeitos de superar linhas tradicionais de reivindicação econômica.

Outro aspecto diz respeito aos demais campos de desdobramento desse movimento. Como seus sujeitos sociais são marcados pela institucionalidade da estrutura corporativa (empresarial/laboral), a vivência dos campos 2. (moralidade) e 3. (desenvolvimento heterogêneo, desigual da consciência, organização e economia local) expressa uma tremenda tensão entre geral e particular, cotidiano e história na vida desses movimentos, tensão reiteradamente presente nas crises e conflitos face ao Estado e, por consequência, na sua definição de responsabilidade na manutenção das estruturas participativas da sociedade.

Tomo como pressuposto que a difusão das técnicas de envolvimento sócio-técnico nas empresas (sobretudo no pólo avançado do industrialismo) tem uma dupla face. Assume a forma de políticas de recursos humanos cujo objetivo é melhorar a performance da administração de conflitos nas relações de trabalho. E configura-se também nas políticas de envolvimento dos empregados no processo produtivo, cujo objetivo é freqüentemente ambientar as mudanças tecnológicas e organizacionais nas empresas. (Essas duas vias não estão necessariamente correlacionadas.)

A difusão das técnicas de participação funcional decorre da imbricação dos dois movimentos societais assinalados, em específico o das reações e lutas explícitas ou implícitas pela cidadania nos locais de trabalho, e da necessidade de o industrialismo adotar mutações no produtivismo, mutações essas viabilizadas pela tecnologia microeletrônica aplicada aos meios de trabalho (automação) e aos fluxos de informações (informatização).

Por parte dos movimentos sociais dos trabalhadores no País suas respostas (e não-respostas) têm sido incipientes para enfrentar as técnicas de participação

NEDER, Ricardo Toledo. Industrialismo, ecologia e democracia. Exploração em torno da participação de três atores sociais face ao esgotamento do produtivismo. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 3(1-2): 131-153, 1991.

funcional quando menos porque trabalham mal as respostas políticas dos trabalhadores face à tecnologia, e a relação insuficiente de apropriação das políticas públicas relacionadas com a ciência e a técnica (Neder, 1988).

Por parte dos empresários há uma perplexidade originada da percepção da crise e esgotamento do modelo histórico de organização do trabalho fundado nas práticas tayloristas e fordianas. No caso brasileiro, essa perplexidade aparece embrionária e localizadamente quando escassos interlocutores empresariais reconhecem que a modernização tecnológica não está desvinculada da construção de uma nova cidadania dentro e fora dos locais de trabalho. Poucos sujeitos sociais no empresariado brasileiro são capazes, no momento, de colocar em prática essa constatação, do ponto de vista, simultaneamente, de democratizar os locais de trabalho, mudar a base técnica e obter resultados concretos de lucratividade e equacionamento dos carecimentos materiais e não materiais dos empregados. A imagem de Janus (que na mitologia grega é uma divindade de duas faces a espreitar o passado e o futuro) é muito adequada para expressar a ambigüidade desse ator social.

A superação do industrialismo enquanto “sociedade operária” no sentido arendtiano, passa pela ruptura dessa ambigüidade. Mais do que isso, passa talvez pela definitiva superação da simbiose capitalista - operária, na medida que um é “alter-ego” do outro. É o que discutirei, a seguir, analisando o quadro de constituição de um espaço público plasmado pelos movimentos ecológicos - cujo ator sem qualquer sentido pejorativo, pode ser identificado como os “novos bárbaros da época moderna”, politicamente nascida com as primeiras explosões atômicas.

Os novos bárbaros

A crise do industrialismo tem sido debatida como oportunidade para a transformação do produtivismo. No passado, os autores que receberam o qualificativo de (socialistas) “utópicos”, constituíam - tal como os “ecologistas” hoje - um grupo heterogêneo do ponto de vista de suas origens sociais e de seus ideais.

O que mais se destaca entre os utópicos é justamente essa diversidade de personalidades, concepções e projetos de reconstrução da sociedade face ao problema da transformação dos modos de vida (relação com a terra, comércio, produção urbana, cultura camponesa e citadina) das classes populares, em paralelo ao processo político e cultural de substituição da aristocracia feudal europeia e a limitação do poder econômico da burguesia ascendente.

NEDER, Ricardo Toledo. Industrialismo, ecologia e democracia. Exploração em torno da participação de três atores sociais face ao esgotamento do produtivismo. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 3(1-2): 131-153, 1991.

Babeauf, Saint-Simon, Fourier, Blanqui, Buchner, Owen, Blanc e outros tinham projetos muito díspares que abarcavam, ora a harmonização dos elementos culturais da velha ordem com o industrialismo nascente (elementos esses de origem agrária e camponesa) com valores pré-industriais e com base numa visão de mundo organicista; ora incluíam a ruptura e superação desta ordem antiga, advogando formas de associação entre produtores e mercado, vida comunitária e organização produtiva, valores morais e políticos numa perspectiva que hoje, diríamos “alternativa” e/ou utópica.

Tal como foi realizada a operação socialistas “utópicos” versus “científicos” no passado, talvez estejamos assistindo a uma trajetória similar com os movimentos ecológicos da atualidade. Quem são os “ecologistas” “científicos” de hoje? Naquela época a questão central era constituir uma sociedade industrialista, e portanto, como fazer a passagem de uma organização dos modos de vida pré-industriais para a nova ordem ditada pelo “progresso”. Mas hoje, se o problema é sair de uma ordem social produtivista que no Brasil mobilizou corações e mentes num esforço “heróico” de industrialização desde os anos 30, essa é certamente a perspectiva “parcial” de um ator social, que estou chamando aqui de os “novos Bárbaros”.

Esse ator social, entretanto, cristaliza a consciência de culpa dos atores industrialistas (nesse ponto estão num mesmo campo, cientistas, empresários, trabalhadores e suas organizações). De fato, ninguém exceto religiosos ecologistas, é capaz hoje no Brasil de assumir publicamente posturas anti-industrialistas, a favor de uma política de poder favorável à disseminação da pequena propriedade de sete alqueires e uma vaca. Entretanto, há uma condenação unânime do modelo convencional de desenvolvimento urbano-industrial como socialmente perverso e predatório ecologicamente. (Aqui parece tender a unificação correntes antropocêntricas e biocêntricas dos “verdes”). A confusão de Janus se estabelece: a defesa da satisfação de valores não-materiais (ou pós-materiais) como qualquer utopia, está transpassada pelos fios da ambigüidade. Na medida em que se converteu desde os anos 60/70 (não vem ao caso, onde e porque) em núcleo do simbolismo (em geral) do “novo” futuro, essa bandeira tem sido apropriada por ideólogos de atores industrialistas (por exemplo: a “hierarquia das necessidades”, de Abraham Maslow, encaixa como luva na tendência de as organizações complexas atender ao “refinamento” da demanda da população em sociedades ocidentais hiper-desenvolvidas por intermédio de uma nova geração de produtos e sensibilidades).

Trata-se, na verdade, mais do que uma mera onda, “bandeira”: os novos bárbaros encarnam com a ingenuidade das crianças, o que todos temos à frente dos olhos e não equacionamos: a contínua postergação, num impulso tanático, da satisfação dos

NEDER, Ricardo Toledo. Industrialismo, ecologia e democracia. Exploração em torno da participação de três atores sociais face ao esgotamento do produtivismo. *Tempo Social*; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 3(1-2): 131-153, 1991.

carecimentos não-materiais. Isso parece constituir um eixo de valores, a partir do qual são tematizados e desdobrados outros mil e um motivos, numa polissemia de sentidos não só porque surgiram divisões internas nacionais e internacionais entre o que é ambientalista, ecologista, preservacionista. Também houve uma extrapolação para fora desses movimentos, da temática antropocêntrica e biocêntrica relativas à necessidade de controlar o “controle” da sociedade sobre as forças naturais. Foram atingidos os atores industrialistas num momento de debilidade do mito do crescimento das forças produtivas, do produtivismo fordiano capitalista e socialista real. O ideário do produtivismo está simultaneamente impregnado de um impulso em direção a melhorar a capacidade do sistema tecnocientífico de produção e aperfeiçoar sua capacidade de destruição (escoimando impurezas e desperdícios, convertendo a guerra numa extensão aperfeiçoada desse sistema, etc.).

O mais significativo parece ser, portanto, essa capacidade de mimetismo dos temas levantados pelos novos bárbaros, ao fazer uma espécie de “sinapse simbólica” entre sistemas de trabalho e os sistemas de necessidades (Sahlins, 1988).

As questões de qualidade de vida e “equilíbrio” ecológico reinstauram, momentaneamente, na consciência das pessoas, uma fagulha de utopia na busca da unidade perdida. Mas eis que rapidamente, essas questões são subdivididas novamente e se convertem em problemas concretos, sociologicamente “enrolados”: sua apropriação se dá a partir da vivência do “pobre” (Chico Mendes e os seringueiros, pequenos proprietários e trabalhadores rurais, populações indígenas, negro e minorias, esbulhados em seus direitos de cidadania). São apropriados também pelos “ricos” que precisam desse *leit-motiv* para a renovação do desenvolvimento (a onda verde não é só uma transação mercadológica, mas questão tecnológica e de sobrevivência do mercado). Grupos não-governamentais organizados pela classe média transitam por uma agenda “verde” variada (que vai dos matizes antropocêntricos aos biocêntricos); a comunidade científica discute como tornar operacional a constatação de que a qualidade de vida/equilíbrio ecológico não são “posteriores” ao crescimento. Assim, é no campo estatal onde desaguou com espantosa rapidez (em duas décadas) a agenda verde aberta pelos novos bárbaros. No Brasil, o ambientalismo de estado vem montando uma tecnoburocracia especializada, sendo forçada a colocar, lado-a-lado, problemas ambientais próprios de sociedades afluentes com as de sociedades onde miséria e afluência disputam espaço.

São inúmeros os fatores endógenos do nascimento da política verde no Brasil (Pádua, 1989). Mas um dos mais destacados, de natureza sociológica, não tem sido considerado pelos pesquisadores. Há um conjunto de “permanências” de um tempo cultural, quase-antropológico, do mundo caipira no interior dos principais estados industrialistas no

NEDER, Ricardo Toledo. Industrialismo, ecologia e democracia. Exploração em torno da participação de três atores sociais face ao esgotamento do produtivismo. *Tempo Social*; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 3(1-2): 131-153, 1991.

Brasil (partes de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná). Mas esse não é o único; há vários regionalismos (associados a uma diversidade de grupos étnicos e classes sociais) aparentemente sob uma base cultural pré-industrial.

No entanto, eles se adaptaram ao industrialismo de uma maneira polimórfica, dando sinais reiterados de permanência, algo como argamassa da identidade dos vários “brasileiros”. Esses mesmos “brasileiros” que, por ondas sucessivas nos últimos séculos, marcaram com sua presença o meio físico e o recriaram como “segunda natureza”, hoje tomada como cerne de uma problemática sócio-ambiental.

O "Cientista"

Como operam do ponto de vista da imbricação antes mencionada, as instituições e sujeitos sociais responsáveis pela definição, pesquisa, desenvolvimento e implementação de ciência e tecnologia no país?

Os grupos responsáveis pelo desenvolvimento tecnológico apresentam uma percepção e prática do fenômeno democrático que deriva em razão direta, do *milieu* institucional no qual estão inseridos. Há tecnólogos na área militar, acadêmica, nas organizações complexas de origem multinacional, nas estatais, nas associações corporativas dos engenheiros, nas grandes corporações industriais privadas nacionais.

Eu resumiria as visões e práticas desses grupos de tecnólogos acerca da democracia segundo o tipo instrumental, revolucionário liberal, conservador, e alienado. O tecnólogo do primeiro tipo vê a política e a democracia como um mal necessário; para conviver com a técnica, porém, a democracia deve ser adaptada aos desígnios do produtivismo, do contrário não é “democracia”. O tipo revolucionário liberal acredita que sempre haverá um novo ciclo de expansão econômico-produtivo no qual a tecnologia desempenhará papel chave, revolucionará as condições de vida e trabalho dos povos; toma como paradigma a expansão do pós-guerra nos anos 50 e 60 ou a revolução tecnológica empreendida pelos engenheiros no século XX. Nessa visão, a democracia é uma consequência “natural” do apogeu tecnológico e do progresso técnico de uma sociedade.

O tipo conservador vê a democracia como um estorvo para o progresso social; sinônimo de caos, perda de produtividade e dispêndio de recursos que poderiam estar sendo canalizados para superar o atraso e a miséria.

O tecnólogo alienado vê a democracia? Sabe que os políticos existem, há instituições responsáveis pelas leis, há os mandatários políticos... mas tudo isso está tão distante do seu

NEDER, Ricardo Toledo. Industrialismo, ecologia e democracia. Exploração em torno da participação de três atores sociais face ao esgotamento do produtivismo. *Tempo Social*, Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 3(1-2): 131-153, 1991.

cotidiano! Ao contrário de outros alienados, o tecnólogo desse tipo, o é duplamente: utiliza o procedimento ingênuo de estar envolvido enquanto “instrumental” ao desenvolver uma aplicação militar altamente mortífera. Está inteiramente dissociado dos aspectos políticos inerentes ao desenvolvimento da tecnologia.

Os tipos revolucionário, liberal e conservador são os responsáveis, em geral, pelas grandes definições políticas: orientam, com recursos disputados no poder, os trabalhos de instituições de pesquisa, desenvolvimento e implementação. O tecnólogo com uma visão do tipo instrumental da democracia situa-se entre pesquisa e implementação (sabe que as disputas políticas existem; mas o melhor critério para lidar com elas é subordiná-las aos critérios técnicos). Por fim, o tecnólogo alienado é o que situa-se nos escalões responsáveis pela implementação ou aplicação imediata da tecnologia.

Como pode ser constatado, o espectro ideológico desses quatro tipos de tecnólogos é essencialmente marcado pela visão negativa do fenômeno democrático. Haveria, ao contrário, tipos com visão positiva da democracia? O problema não é menor também entre esse grupo. “O papel de cientistas especialistas aos quais se atribui a tomada de decisões é fundamental (...): o político descarrega a própria consciência atribuindo ao cientista as responsabilidades. O cientista é, em geral, superespecializado em sua disciplina e impregnado pelo mito de que a tecnologia possui uma ilimitada capacidade milagrosa. Além do mais se o cientista é de esquerda, por certo coloca em evidência o problema imediato (da criação) do emprego e muito dificilmente o desenvolvimento surge em termos de empregos futuros e estáveis, e mais dificilmente ainda vinculado a soluções harmônicas com o meio-ambiente e a natureza” (Tiezzi & Barosi, 1987, p. 49).

Seria demasiadamente simplificador tomar essas referências como uma questão (mal explicada) de luta pelo poder, travada entre as diferentes facies ou facções desse ator político. Se tomamos - como é explorado desde o início - que esse movimento societal de subordinação do ritmo da vida social às sístoles e diástoles da ciência e da técnica, está se desenrolando no Brasil mais intensa e decisivamente no último meio século, é inegável que esse movimento do “cientista” também se circunscreve num arco mais amplo dos conteúdos desse saber científico. Há portanto, não um único, mas um duplo arco abraçando tanto a luta pelo “lugar ao sol” - ascensão e queda - de elites profissionais nas ciências da natureza, biológicas, engenharias, cientistas sociais no Brasil, quanto a problemática de como o saber se complexifica e se enraiza na sociedade brasileira (Chauí, 1989 e Schwartzman, 1987).

Nesse sentido, duas “visões de mundo” (*Weltanschauung*) produzidas pelo “cientista” colidem no universo de pesquisa brasileiro. Uma é decorrente da perspectiva e prática das exigências do industrialismo desenvolvimentista, e a outra

NEDER, Ricardo Toledo. Industrialismo, ecologia e democracia. Exploração em torno da participação de três atores sociais face ao esgotamento do produtivismo. *Tempo Social*; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 3(1-2): 131-153, 1991.

se originou de uma perspectiva de busca - num padrão setorial de tentativa/erro - de modelo autônomo de pesquisa científica básica e aplicada direcionada teoricamente para um “industrialismo” próprio (auto-sustentável?).

Essa segunda vertente não foi derrotada (se é que cabe falar nesses termos) após 40 anos de industrialismo transnacionalizado no país, mas praticamente está subsumida na primeira. Sua absorção se deu no bojo do fomento estatal às atividades de pesquisa (face ao baixo coeficiente de iniciativas empresariais privadas de pesquisa). Exemplo marcante disso é, não obstante as dificuldades de competência e excelência, o modelo de fomento à pesquisa criado via sistema de pós-graduação, e objeto de uma política implantada desde os primeiros anos da década de 60 (Vargas, 1985).

À luz das questões debatidas anteriormente acerca da natureza da crise do industrialismo contemporâneo, parece evidente que houve maciça incorporação de novos segmentos de “profissionais sociais” a esse ator político clássico do “cientista” (cujo esteriótipo mais freqüente é o de laboratório, sábio e especialista longe das turbulências do cotidiano). Esses novos profissionais - administradores de empresa, assessores políticos, pesquisadores e professores universitários, as relações de comunicação para os *mass-media*, de fato, são os “competentes criados pela expansão do terciário da indústria política e cultural”. Com eles, “a nomeação explícita dos ideólogos tornou-se desnecessária: eles são, no seu mero existir, a ideologia em ato” (Chauí, 1985, p. 69).

A “facie” do ator político clássico no estilo de “cientista” que pretendia no passado construir um sistema unificador válido para todos os campos de disciplinas, entrou em colapso pela segmentação e especialização das disciplinas. O conhecimento e a possibilidade de converter esse saber em aplicações para a resolução de problemas práticos, sociais e políticos torna-se, assim, a regra de legitimação (Vargas, 1985).

Se esse objetivo é alcançado, trata-se de outra questão. Isto é, trata-se da questão das condições sob as quais se deu e está se dando a produção do conhecimento nas áreas científicas e nos seus territórios ditos “aplicados”. Uma avaliação dessa questão (que não pode ser feita nos limites desse texto) poderia indicar se o processo moderno de participação política desse ator no Brasil está marcado irremediavelmente por uma prática instrumental ou funcional da democracia. Se a resposta for negativa, quais os sintomas de que diferentes “egos” desse ator estariam fomentando uma participação diferenciada e fortemente impulsionadora de práticas científicas não só inerentes às características da sociedade brasileira, mas superadoras do processo socialmente regressivo do produtivismo? Em outras palavras, que “facies” desse ator político realiza contrapontos criativos com o “ethos” do produtivismo, sem ficar aprisionado pelo mesmo?

NEDER, Ricardo Toledo. Industrialismo, ecologia e democracia. Exploração em torno da participação de três atores sociais face ao esgotamento do produtivismo. *Tempo Social*, Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 3(1-2): 131-153, 1991.

Um diagnóstico radical da crise do intelectual no Brasil contemporâneo apontaria para a “condição dividida e profundamente esquizofrênica de uma inteligência que define, que está integralmente identificada com uma dominação tecno-científica universal e que, ao mesmo tempo, não pode confrontar como consciência reflexiva os fenômenos socialmente regressivos e fisicamente destrutivos que seu próprio progresso entranha” (Subirats, 1987).

Nos limites dessa “cartografia” das identidades dos atores relevantes para o entendimento (e sentimento) da crise não cabe fazer “conclusões”... É possível, no máximo, explorar alguns cenários sobre as sociedades industrialistas contemporâneas e indagar como o “Janus produtivista”, os “novos bárbaros” e “cientista” realizam intersecções.

Observações finais: cenários futuros

A primeira constatação que se pode fazer com base no quadro anterior, é o fato de que numa sociedade como a brasileira, o núcleo do industrialismo - que identificamos (sociologicamente) como o “Janus produtivista” - corresponde aos múltiplos dinamismos do trabalho industrial.

O trabalho industrial deve ser tomado como um complexo de apropriação dos recursos sociais inerentes ao meio ambiente, à produção científica e ao esforço reprodutivo das populações, grupos e indivíduos tanto integrados quanto não-integrados aos mercados (trabalho, consumo, energia/produção, trocas simbólicas). A apropriação é mediada pela tecnologia associada à gestão empresarial (estatal ou privada) tendo como sentido último (ou eficácia máxima) realizar a “grande transformação” ou a produção em massa no mercado (Polanyi, 1980).

Assim definido, esse complexo não produziu uma sociedade mais justa, ou pelo menos capaz de corrigir uma injusta distribuição de renda entre as regiões brasileiras, ou no plano internacional, entre os países do norte e do sul. Através dos frutos propiciados pelo “cientista”, o progresso tecnológico, ao contrário, aprofundou as diferenças entre os grupos de países nos últimos 40 anos. Mudou a configuração política planetária. Aprofundou a diferença no tocante ao consumo material dos países do norte em relação aos do sul. E a isto se vincula a transformação da base técnica do trabalho industrial com as novas tecnologias. O que se vislumbra hoje, do ponto de vista da transformação desse “núcleo”, é a possibilidade de que o aumento tão considerável da produtividade do trabalho, paralela à redução do tempo socialmente necessário, tornará supérfluas as forças de trabalho (mesmo considerando a tendência histórica de redução da jornada).

NEDER, Ricardo Toledo. Industrialismo, ecologia e democracia. Exploração em torno da participação de três atores sociais face ao esgotamento do produtivismo. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 3(1-2): 131-153, 1991.

No Brasil, e nas sociedades vizinhas latino-americanas que se encontram no mesmo patamar industrialista, tem sido comum a importação de paradigmas societários futuros forjados no hemisfério norte, para visualizarmos alguns cenários.

É correto falar de norte e sul, quando o sistema de relações internacionais construído após a segunda guerra entrou em colapso desde os anos 80, assumindo configuração análoga a uma multipolarização? Novos centros mundiais se consolidam: Alemanhas; Japão e as cidades-estados industrializadas para exportação na Ásia. A comunidade europeia, os EE.UU. e a Inglaterra/Canadá/Austrália são outros centros. O outrora bloco dos países do leste europeu e URSS caminham para a diferenciação. Um conjunto de países heterogêneos no hemisfério sul, que incluiu a América Latina, o sul da Ásia (China e Índia) e a África, conformam essa multipolaridade. Mas que dinâmicas irão configurar esse sistema mundial?

Se tomarmos os modelos prospectivos de sociedades do futuro, caso por exemplo, do modelo que preconizava os “limites do crescimento” (tipo Clube de Roma, prevendo a necessidade de redirecionamento do regime de acumulação no sentido de limitá-lo) ou o modelo do M.I.T. no início dos anos 70 (que previa eventos catastróficos no final do século) ou vários outros (como o relatório Brandt, o relatório presidencial Carter para o ano 2000) todos são do tipo que constata as tendências do passado recente e projetivamente as lançam para o futuro. Suas variáveis estratégicas, obviamente não são apenas econômicas e tecnológicas, sobre as quais os países do norte têm um grau de controle senão absoluto ou quase perto disso em certos campos (como é o caso das novas tecnologias). Há também uma imposição de valores e premissas: a situação dos países do primeiro mundo é favorável, mas pode se tornar desfavorável se mudanças não planejadas alterarem demasiadamente o quadro e se converterem numa ameaça, colocando em perigo essa situação.

Um outro tipo de modelo prospectivo tem como referência o chamado “Modelo Bariloche” produzido por especialistas e latino-americanos no final dos anos 70. Sua orientação é basicamente normativa (a diferença com os primeiros, é que o modelo tipo Bariloche assume isso como variável estratégica). Consiste na observação de possíveis futuros ou cenários, e dentre eles seleciona um modelo que seria desejável e possível. Esse tipo de modelo trabalha com variáveis não só econômicas e tecnológicas, mas também as relacionadas com o comportamento dos atores sociais relevantes para a geração de mudanças estruturais. Seu pressuposto: sociedades do tipo latino-americano - e muitas outras no hemisfério sul - estão numa situação muito difícil hoje, e nessa condição, toda mudança - de preferência planejada - pode ser positiva (Herrera, 1988). Mas o que, em contrapartida, se “desenha” no primeiro-mundo? De início, pode ser observado um conjunto

NEDER, Ricardo Toledo. Industrialismo, ecologia e democracia. Exploração em torno da participação de três atores sociais face ao esgotamento do produtivismo. *Tempo Social*; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 3(1-2): 131-153, 1991.

de tendências e sintomas combinados do esgotamento cultural do “ethos” produtivo, do modelo de desenvolvimento e da forma de organização do estado capitalista. Nesse conjunto de sintomas alguns cenários de futuro começam a se configurar na direção de um “ecoindustrialismo”, “desenvolvimento sustentável” etc. As avaliações que conduzem a esse cenário partem do pressuposto de que a crise de crescimento significa um limiar no qual a deterioração dos recursos sócio-ambientais caminha mais rápido do que a acumulação. Iniciativas e programas chamados “alternativos” no primeiro mundo lidam com esse pressuposto radical e tentam convertê-lo em agendas concretas. Trata-se de estimular a reestruturação do industrialismo avançado sob dois processos. O primeiro visa a criar condições sócio-políticas para impor limitações ao crescimento, deter o esbanjamento de recursos, a poluição, o desperdício, construindo uma nova ética de proteção de recursos sociais, sobretudo ambientais. Visa, principalmente, a construir novos valores sociais associados a uma tendência societária (extra-política?) de oposição a bens industrializados específicos (da velha geração) que representem esbanjamento, poluição e desperdício. (Caso dos bens duráveis como o automóvel). Esses novos valores também conduzem a crítica às novas tecnologias. Estas, disseminadas em larga escala como a computadorização, são capazes de erodir a participação política e a democracia, colocando em seu lugar a participação funcional. Esse cenário lida também com outro desencanto crescente nas sociedades do primeiro mundo que diz respeito à energia nuclear... mortífera por ser uma tecnologia de alto risco capaz de, ao mesmo tempo, ameaçar a saúde, concentrar o poder econômico e limitar as opções de uso dos recursos ambientais para gerações futuras (Sachs, 1988).

O segundo processo diz respeito ao esforço de vários segmentos das sociedades industrialistas na Europa Ocidental e EE.UU. (segmentos que incluem tanto velhos atores políticos, como é o caso de capitalistas, e organizações dos trabalhadores, quanto novos atores como os pacifistas, comunidades alternativas, movimentos ecologistas, partes da comunidade científica) de construir espaços alternativos. Esses espaços envolvem projetos moleculares - comunitários e associativos - buscando consumir/produzir bens e serviços não só ecologicamente depurados (o que não significa quase nada) mas sob uma organização com formas de gestão que se caracterizam pela auto-ajuda com ausência de estrutura formal, ênfase nos valores de organização não-hierárquicos. Essas iniciativas formam uma rede molecular e incluem um heterogêneo perfil em seus quadros: cidadãos oriundos dos movimentos de consumidores, das comunidades alternativas, dos grupos “outsiders” ao sistema, dos grupos de ex-trabalhadores que não retornaram ao mercado de trabalho, dos movimentos de mulheres e minorias sexuais.

Os esforços desses diferentes grupos não caminham intencionalmente no sentido da racionalização do industrialismo. Ao contrário, essa racionalização é um esforço que parte

NEDER, Ricardo Toledo. Industrialismo, ecologia e democracia. Exploração em torno da participação de três atores sociais face ao esgotamento do produtivismo. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 3(1-2): 131-153, 1991.

de alguns segmentos de atores afluentes envolvendo os centros decisórios do *establishment* governamental, a tecnoburocracia privada nos círculos de tomada de decisão das grandes corporações, e os “ideólogos em ato” do circuito da comunicação de massa (esses, talvez mais pelo “ruído” que fazem em torno da onda verde). Não se pode atribuir uma suposta “conspiração” desses últimos atores pra cooptar os primeiros com base na valorização do “verde”. É possível aceitar que a tendência de subordinação dos processos produtivos e de consumo às variáveis ambientais é um “princípio de realidade” para a sobrevivência do industrialismo avançado (Sachs, 1988). Mas encontra-se em jogo algo mais complexo. Essa necessidade em si (i.e. da subordinação do sistema produtivo aos limites sócio-ambientais) talvez seja marginal ou esteja contribuindo junto com outras tendências (que nada têm a ver com a questão ambiental, como é o caso da mudança da base técnica) para induzir os empreendimentos no capitalismo a um ritmo maior de eliminação da nocividade das indústrias pesadas de transformação. Como característica interna a esse processo (i.e. de desenvolvimento de tecnologias antipoluidoras) dá-se a emergência das indústrias com tecnologias de limpeza para remoção da poluição e do lixo (convertedores catalíticos para os veículos, técnicas de reciclagem do lixo urbano e industrial, dessulfurização para usinas termoelétricas, biotecnologia para o tratamento da água, solo e combate a pragas). Criam-se novas burocracias em nome do meio-ambiente limpo. “Assim, a solução para a crise parece emergir de uma simples intensificação dos processos burocráticos e do uso dos recursos do capital. Inicia-se uma nova partida de um jogo antigo: a destruição do meio-ambiente transforma-se em fonte de lucro e prestígio (Sachs, 1988).

Nessa perspectiva, o ecoindustrialismo passa a cobrar um preço caro pelo que antes era gratuito: o ar puro, o silêncio, ou o solo fértil são comercializados a partir de sua viabilização pelo planejamento e tecnologias específicas.

Simultaneamente a esses dois processos, ocorre outro processo no sentido de consolidar uma sociedade de tecnologias de ponta (a microeletrônica com as tendências de redução de escala e flexibilidade da produção, a biotecnologia, a engenharia genética, as pesquisas sobre novas materias, além de pesquisas caríssimas no campo da física quântica e na pesquisa espacial).

Todos esses avanços colocam exigências dispendiosas para as sociedades industrialistas maduras realizarem investimentos nesses campos. Já que os recursos ainda provêm da velha base de acumulação - do tipo que provoca desperdício de capital pelo alto custo da energia fóssil e degradação ambiental. Essa velha base industrial passa, então, a ser transferida como “externalidade” (no cálculo econômico) não mais para zonas internas do mercado central, mas para as regiões do “sul” (esse que inclui o leste europeu, China, Índia, África, América Latina, etc.)

NEDER, Ricardo Toledo. Industrialismo, ecologia e democracia. Exploração em torno da participação de três atores sociais face ao esgotamento do produtivismo. *Tempo Social*; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 3(1-2): 131-153, 1991.

No primeiro mundo, esse novo regime de acumulação associado ao paradigma das novas tecnologias tende a configurar uma sociedade onde será drástica a redução do emprego, e um perfil de ocupação com menor força de trabalho. A população excedente tenderá a crescer se não houver redistribuição do trabalho.

Num horizonte neoliberal surge nesses países a perspectiva de uma sociedade com dois setores funcionando com ritmos diferentes. Um com maior intensidade de capital onde as pessoas têm empregos permanentes, e outro, com pessoas desempregadas, ou empregadas em tempo parcial, e/ou vivendo da assistência social. Simultaneamente, a crise do modelo estatal se mostra como oportunidade para a transformação do estado de bem-estar numa vasta rede de projetos alternativos e de auto-ajuda. Certa crítica neoliberal europeia é sofisticada:

“É nesse ponto que o entusiasmo alternativo por projetos de auto-ajuda deixa levar para uma estratégia de discriminação benigna, um 'apartheid' onde as pessoas supérfluas são mantidas em projetos comunitários, cooperativas e grupos de ajuda e trabalho voluntário. Mutirões, trabalho informal, trabalho socialmente útil enquanto idéias criadas pelos movimentos alternativos em contrapartida ao trabalho assalariado massificante, parecem transformar-se em lixeiras disfarçadas com o propósito de manter a população excedente tranqüila e feliz” (Sachs, 1988).

Sob o ponto de vista de países como o Brasil e outros latino-americanos, como rebate esse cenário amplamente discutido na literatura sobre desenvolvimento alternativo no centro? (Huber, 1985). Ora, os relatórios projetivos elaborados no primeiro mundo - confiáveis do ponto de vista formal e técnico, com muita quantificação - apresentam diferenças maiores ou menores sobre como vai se configurar o futuro nos próximos 30 anos no primeiro mundo. Segundo esses modelos, os países do hemisfério sul estarão numa situação igual a de hoje ou pior, porque a sua evolução tende a ser uma variável dependente do que acontece no primeiro mundo. O principal argumento para fundamentar essa avaliação é que os atores sociais e políticos relevantes nos países do terceiro mundo não são capazes de gerar mudanças fundamentais no sentido de alterar a atual estrutura de poder e de distribuição de riquezas (Herrera, 1988).

Aceitar irrestritamente esse diagnóstico pode ser um procedimento ingênuo. Certa vez conversando com um pesquisador africano na Universidade de São Paulo, apresentei a ele esse argumento (sobre o qual eu não estava certo da validade, por isso coloquei entre aspas) da ausência de atores internos na América Latina capazes de gerar mudanças na divisão internacional. Sua resposta me chamou atenção: ora, dizia ele, “também na África não teríamos condições de melhorar o desempenho desses atores (intelectualidade, governo, produtores, movimentos sociais, trabalhadores e suas organizações)... mas porque fazer isso

NEDER, Ricardo Toledo. Industrialismo, ecologia e democracia. Exploração em torno da participação de três atores sociais face ao esgotamento do produtivismo. *Tempo Social*; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 3(1-2): 131-153, 1991.

exclusivamente como uma resposta às pressões dos países centrais? Se não é uma coisa que vem de 'dentro' das pessoas, isso parece fazer o jogo de quem tem mais poder. Já ouvimos muitos conselhos como esse na época da descolonização e nos demos mal”.

De fato, é equivocado e ingênuo fazer atores internos se conformarem a papéis já definidos por modelos externos, como assinala esse interlocutor africano. No caso brasileiro - distinto em muitos aspectos das sociedades africanas - uma sociedade autônoma (não isolada) capaz de tomar decisões com base em suas características e possibilidades, não pode realizar essa autonomia se os seus principais atores - entre eles os três enfocados nesse ensaio, por exemplo - viverem numa temporalidade à margem do industrialismo mundial. A questão, portanto, é como as atuais gerações redefinem as inserções da sociedade brasileira no quadro internacional com base em alianças com pólos diferenciados nesse quadro multifacetado em que se transforma o industrialismo mundial.

Recebido para publicação em dezembro/1990

NEDER, Ricardo Toledo. Industrialism, ecology and democracy. Essay about the political participation of three social actors. *Tempo Social*; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 3(1-2): 131-153, 1991.

ABSTRACT: This article attempts to interpret some dimensions of industrialism as a social regime that engender a specific political “ethos”, the productivism, which aims a global appropriation of social resources belonging to the environment, scientific production and reproductive efforts of societies subordinated, or not, to the markets. In Brazilian contemporary society this appropriation or “the great transformation” of these resources, generates two processes related to democracy: firstly, a functional political participation which deepens productivism, and secondly, an expanded participatory process opened to the non-planned changes. This article explores the profiles and responsibilities of three social actors in Brazil (capitalists/workers, ecologists and scientific community) when they face the difficult interplay of such twined process. Related to these questions are explored some post-industrialist scenarios of Northern societies searching for its “leit-motifs” or oriented-values, and one question is opened concerning the dilemma of the three actors in Brazil facing up such reorganization.

UNITERMS: Brazil: industrialism, political ecology, democracy, social actors, citizenship

NEDER, Ricardo Toledo. Industrialismo, ecologia e democracia. Exploração em torno da participação de três atores sociais face ao esgotamento do produtivismo. *Tempo Social*; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 3(1-2): 131-153, 1991.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1987.

ARON, Raymond. *Dezoito lições sobre a sociedade industrial*. Trad. Sérgio Bath. Brasília/São Paulo; Ed. Universidade de Brasília/Martins Fontes, 1981.

BADHAM, Richard. The sociology of industrial and postindustrial society. *The Journal of the International Sociological Association*. Londres, Sage Publications, vol. 32, n° 1, Spring 1984.

BARTHOLO, Jr. A crise do industrialismo - Gênese, riscos e oportunidades. In: BURSZTYN, MARCEL et alli. *Que Crise é Esta*. São Paulo, CNPq/Brasiliense, 1984. p. 69-101.

BORMANN, Albert. Technology and Democracy. In: DURBIN, P. (ed.) *Research in Philosophy & Tecnology*, vol. 7, Greenwich, CT: Jai Press, 1984.

CAPRA, Fritjof. *O Ponto de Mutação*. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo, Editora Cultrix, 1986.

CARDOSO, Irene de Arruda R. A Universidade e o poder. *Revista da Universidade de São Paulo*. São Paulo (6): 59-70, jul/set, 1987.

CHAUÍ, Marilena. Um retrato sem retoques da classe média brasileira. *Revista Pau Brasil*, DAEE. São Paulo, nov/dez - 1985 (65-79).

_____. Produtividade e humanidades. *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, 1(2): 45-71, 2º sem. 1989

DINIZ, Eli. O empresariado e o momento político: entre a nostalgia do passado e o temor do futuro. In: *Ciências Sociais Hoje 1986*. São Paulo, Cortês/ANPOCS, 1986.

DOMMERGUES, Pierre et alii - *Les syndicats françaises et américains face aux mutations technologiques*. Paris, Ed. Antropos, 1984.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1979.

FAUSTO, Ruy. "A Pós-Grande Indústria" nos Grundisse (e para além deles). *Lua Nova*, São Paulo, n° 19, nov/1989. p. 47-68.

GORZ, André. *Adeus ao proletariado - Para além do socialismo*, Rio de Janeiro, Forense, 1982.

GUTIERREZ, Fernando Calderón. Os movimentos sociais frente à crise. In: SCHERER WARREN, I. & KRISCHKE, P. (orgs). *Uma revolução no cotidiano. Os novos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo, Brasiliense, 1987. p. 191-213.

- NEDER, Ricardo Toledo. Industrialismo, ecologia e democracia. Exploração em torno da participação de três atores sociais face ao esgotamento do produtivismo. *Tempo Social*; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 3(1-2): 131-153, 1991.
- HABERMAS, Jürgen. *La technique et la science comme 'ideologie'*. Paris, Gallimard, 1973.
- HELLER, Agnes. *Para mudar a vida - Felicidade, liberdade e democracia*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- _____. *O cotidiano e a história*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- HERRERA, Amílcar. *A grande jornada*. Trad. Doraci Ferreira Gonçalves. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- _____. Microeletrônica e progresso tecnológico. *Rev. Análise & Conjuntura*, Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte 2/3 (2 e 1): 13-20, dez/1987 - abr/1988.
- JAGUARIBE, H. e allii. *Brasil, sociedade democrática*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1985.
- LEITE LOPES, J. *Ciência e libertação*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- MAFFESOLI, Michel. *A sombra de Dionísio - Contribuição a uma sociologia da orgia*. Rio de Janeiro, Graal, 1985.
- MORIN, Edgar. *Pour sortir du XX^e Siècle*. Paris, Fernand Nathan, 1981.
- MARX, Karl. *Grundrisse - (1857/58)*. México, Fondo de Cultura Económica, 1978.
- NEDER, Ricardo Toledo. A crise do industrialismo: novas tecnologias, capital e trabalho. *Revista Humanidade*. Brasília, Ed. UnB, nº 14 (90-96), ago/set, 1987.
- NEDER, Ricardo Toledo et alii. *'Automação e movimento sindical no Brasil'*. São Paulo, Editora Hucitec, 1988.
- NOBLE, David. *America by design*. New York, Knopf, 1979.
- PADUA, J. Augusto. O nascimento da política verde no Brasil: fatores exógenos e endógenos. Paper apresentado no GT Ecologia, Política e Sociedade, XIII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambú, outubro de 1989 (mimeo).
- POLANYI, Karl. *A grande transformação - As origens da nossa época*. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1980.
- SAHLINS, Marshall. *Cultura y razón práctica*. Barcelona, Ed. Gedisa, 1988.
- SACHS, Wolfgang. Ecoindustrialismo, alta tecnologia e a busca de alternativas para o progresso. *Rev. Análise & Conjuntura*. Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte 3(3), 127-131, set/dez - 1988.
- SCHWARTZMAN, Simon. A força do novo: por uma sociologia dos conhecimentos modernos no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, Cortez/ANPOCS, vol. 2, out/1987.

NEDER, Ricardo Toledo. Industrialismo, ecologia e democracia. Exploração em torno da participação de três atores sociais face ao esgotamento do produtivismo. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 3(1-2): 131-153, 1991.

SANTOS, Wanderley G. dos. A pós-revolução brasileira. In: JAGUARIBE, H. et alii, *Brasil, sociedade democrática*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1985. p. 293-311.

SATOSHI, Kamata. *Japon, l'envers du miracle*. Paris, Maspero, 1982.

TIEZZI, Enzo e BAROSI, Riccardo. Ecologia e recursos energéticos no debate político na Itália. *Revista Lua Nova*, São Paulo, CEDEC, abr/jun, 1987.

TOURAINÉ, Alain. *O pós-socialismo*. Trad. Antonio Rollo Lucas. Lisboa, Afrontamento, 1981.

_____. *Anti Nuclear Protest*. New York, Cambridge University Press, 1983.

WEFFORT, Francisco. *Por que democracia?* São Paulo, Brasiliense, 1986.

WINNER, Langdon. Mythinformation in the High-tech era. *Bulletion of Science, Technology & Society*, vol. 6: 582-586, 1984.

VIOLA, Eduardo. O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, Cortez/ANPOCS, (3-1), fev. de 1987.